

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

A decolonialidade na história: uma análise sobre as apropriações decoloniais no ensino de história dos anos 2000 até os dias atuais

Correia, Felipe¹

Resumo:

As formas como têm sido apropriadas as epistemologias decoloniais nos estudos sobre ensino de história atualmente no Brasil consistem no problema a ser investigado. Este trabalho inspirado no projeto de pesquisa de mestrado está situado no campo dos estudos da História da Historiografia e da História Intelectual. Trata-se de avaliar e mapear a existência e a forma da receptividade positiva ou negativa aos estudos decoloniais na área do ensino de história entre o ano de 2000 até os dias de hoje, de forma similar, ou não, à observada mais perceptivelmente nos estudos de filosofia e das ciências sociais desde o final da década de 1990. Por meio da dos estudos sobre apropriação de Roger Chartier e o de circulação de ideias de Pierre Bourdieu será analisado a inserção da decolonialidade neste espaço considerado "entre fronteiras" do Ensino de História. O problema surge do reconhecimento de que as epistemologias decoloniais foram apropriadas pelos estudos de filosofia e ciências sociais no Brasil em momento anterior aos estudos de história. O resumo deve ser um único parágrafo, conter de 1.000 a 1.200 caracteres, fonte Times New Roman (TNR), tamanho 12 - espaço simples, justificado. O texto do resumo deve representar o conteúdo de todo o trabalho, contemplando a proposta do trabalho, os objetivos, os procedimentos metodológicos, a fundamentação/discussão teórica e os principais resultados.

Palavras-chave: Decolonialidade; Colonialidade; Ensino de História.

1. Introdução

As formas como têm sido apropriadas as epistemologias decoloniais nos estudos sobre ensino de história atualmente no Brasil consistem no problema a ser investigado. Este artigo inspirado foi inspirado a partir do projeto de pesquisa que está situado no campo dos estudos da História da Historiografia e da História Intelectual. Trata-se de avaliar e mapear a existência e a forma da receptividade positiva ou negativa aos estudos decoloniais na área do ensino de história entre o ano de 2000 até os dias de hoje, de forma similar, ou não, à observada mais perceptivelmente nos estudos de filosofia e das ciências sociais desde o final da década de 1990. O problema surge do reconhecimento de que as

¹ Mestrando, PUC-RIO, lipe1212@live.com.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

epistemologias decoloniais foram apropriadas pelos estudos de filosofia e ciências sociais no Brasil em momento anterior aos estudos de história.

2. A decolonialidade

A decolonialidade, por vezes chamada de “giro decolonial”(MALDONADO-TORRES, 2008), é um movimento teórico e político de intenso empreendimento a fim de denunciar e resistir as dinâmicas das diferentes opressões perpetuadas desde o colonialismo, que silenciam e subalternizam determinados corpos e saberes periféricos, provenientes da América Latina. Desde seu surgimento vinculado à formação do grupo Modernidade/Colonialidade em 1998, constituído majoritariamente por intelectuais das ciências sociais, a busca por novos olhares sobre a história, relegados ao ostracismo, é o foco desta renovação epistemológica que parte do Sul Global(SANTOS, 2007) por novos referenciais teóricos e metodológicos, mesmo que suas origens presentes nas ideias pós-coloniais sejam evidentes. A teoria decolonial é uma radicalização das ideias anticoloniais surgidas na segunda metade do século XX, a partir de novas perspectivas advindas da América Latina. Desse modo, questionando os limites dos pensamentos hegemônicos, o decolonial parte de uma revisão epistemológica e política crítica que se desassocia das leituras e dos intelectuais eurocentrados, na busca de alcançar um olhar que não apenas não exclua a América Latina, mas também deriva deste locus enunciativo subalternizado(ANZALDÚA, 2016).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, começam a surgir pensamentos que não apenas lutam por liberdade e independência das colônias modernas da África e Ásia, mas também analisam os efeitos das relações de hegemonia proporcionadas pelo colonialismo, ideias estas conceituadas como “pós-coloniais”. Para além de caracterizar um período após a descolonização, o pós colonialismo é um movimento intelectual que se enquadra na dicotomia entre colonizador e colonizado, destacando os efeitos políticos, sociais e culturais das ações do colonizador. Entre os principais autores destas teorias anticoloniais temos Frantz Fanon, filósofo e psiquiatra da Martinica que influenciou por meio de suas ideias processos de independência na

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

África, a partir de sua discussão das formas coloniais de subjugar e excluir socialmente os corpos no seu livro *Pele negra, máscaras brancas* publicado pela primeira vez em 1952. Além deste autor, podemos destacar as obras de Aimé Césaire, *Discurso sobre o colonialismo* de 1950; Albert Memmi, em *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador* em 1957 e Edward Said, na sua icônica obra *Orientalismo* em 1978. Todavia, como mostra Luciana Ballestrin(2013), as diferenças entre o pós-coloniais e as epistemologias decoloniais estão na ausência de autores diaspóricos ou colonizados do Sul global no pós-colonialismo. Em outras palavras, Ramón Grosfoguel(2006) nos mostra que as teorias pós-coloniais se voltavam para os subalternos, porém impedem sua participação, perpetuando assim uma linha de pensamento imperialista, a qual é incapaz de romper com o sistema eurocêntrico colonialista de mundo. Algo que as epistemologias decoloniais repudiam, visto que sua espinha dorsal é tratar da realidade das opressões coloniais ainda presentes na América Latina, onde a fala subalterna foi silenciada por movimentos que insistiram em uma leitura hegemônica de mundo. Assim, o questionamento aos limites, a dicotomia colonizado/colonizador e a geopolítica do pós-colonialismo constituem a origem do pensamento decolonial.

Somado a isso, outros ideais que influenciaram o surgimento das epistemologias decoloniais, ao enfatizarem e proliferarem o pós-colonialismo, vieram do grupo Subaltern Studies, criado na década de 1970, no sul asiático. Este grupo formado por intelectuais como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak, proveniente do marxismo indiano, tinha a finalidade de investigar a historiografia eurocentrada colonial indiana. O conceito de subalterno de Antonio Gramsci foi apropriado pelo grupo, por meio de um olhar marxista, ao criticar os ideais pós-estruturalistas (Foucault, Derrida e Deleuze), o que é evidenciado na problematização sobre a subalternidade de Gayatri Spivak em *Can the subaltern speak?*(2010). Neste texto, a autora destaca a inviabilização e silenciamento produzido por leituras eurocênicas sobre o subalterno a estes indivíduos, ao mostrar que nenhuma resistência pode ser feita em nome do subalterno sem que esteja inserida no discurso hegemônico. Em suma, as teorias pós-coloniais do grupo de estudos subalternos estão vinculadas a um processo de historicização radical do lócus de

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

enunciação(SPIVAK, 2010), porém, a realidade cultural e política latino-americana e a crítica ao moderno colonialismo na América não estavam presentes nestas ideias pós-coloniais do sul asiático.

Nesse sentido, o debate pós-colonial chega no Brasil a partir da década de 1980 com grande influência nas ciências sociais, por meio dos estudos culturais, multiculturais e da crítica literária pela tradução de textos de Paul Gilroy, Stuart Hall e Homi Bhabha. Assim, a diáspora africana, a globalização e a cultura foram temas essenciais para os processos coloniais modernos da realidade latino-americana. Desse modo, as origens da decolonialidade estão vinculadas à década de 1990, quando em 1992 é criado o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, que buscava novas formas de pensar após o fim de regimes autoritários na América Latina e no momento de abertura para a redemocratização. Mesmo que influenciado pelo grupo de estudos subalternos do sul asiático, estas novas epistemologias buscavam um lócus próprio da América Latina, visto que para Walter Mignolo(1998), semiólogo participante do grupo latino-americano, a realidade da América deveria ser teorizada a partir de um lócus de enunciação próprio que criticasse suas relações de opressão com o ocidentalismo a fim de não apagar a história da resistência e dominação do colonialismo feita na América Latina. Contudo, este imperialismo cultural que não rompe com a epistemologias hegemônicas, crítica também feita pelo sociólogo Grosfoguel(2008), se torna o motivo para a dissolução do grupo.

Em 1998, começa a ser estruturado o grupo Modernidade/Colonialidade através de encontros e seminário em virtude de denunciar e enfrentar as estruturas opressoras coloniais de gênero, raça e classe que se perpetuam e se atualizam atualmente na América Latina. Esta resistência e procura por libertação por meio de conhecimentos subalternizados e silenciados pelas amarras eurocêtricas do colonialismo moderno caracteriza o que Nelson Maldonado-Torres conceituou de “giro decolonial” . O grupo Modernidade/Colonialidade, para além das influências pós-coloniais e do grupo de estudos subalternos do sul asiático, agregou teorias anteriormente formuladas por seus integrantes, como a colonialidade do poder de Aníbal Quijano. A colonialidade do poder

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

é um conceito fundamental para o grupo Modernidade/Colonialidade, formulada em 1989, que se resume pela perpetuação das relações coloniais de dominação e exploração mesmo após o fim do colonialismo por meio da classificação racial. Posteriormente, autores, como Walter Mignolo e Maria Lugones, aperfeiçoaram o conceito de Quijano, podendo estender a colonialidade para o gênero, a subjetividade, o saber e o ser. A elaboração da colonialidade surgida nas ciências sociais inova ao considerar a raça como princípio estruturante das práticas coloniais iniciadas em 1492 nas Américas que ainda se perpetuam e se atualizam. Ou seja, é através do racismo que é possível desumanizar e inferiorizar corpos, saberes e subjetividades. Logo, como mostra Luciana Ballestrin(2013), a decolonialidade propõe uma leitura de mundo a partir de uma renovação epistemológica que ultrapassa os limites do pensamento eurocêntrico, o qual não conseguiu enxergar as estruturas hierarquizantes e subalternizantes culturais, políticas e epistemológicas que perpetuam a colonialidade. A colonialidade é a face oculta da modernidade(BALLESTRIN, 2017), intrínseca e indissociável, evidencia a impossibilidade da existência do sistema-mundo capitalista sem a invenção das Américas. De tudo que foi tratado nesta cronologia da decolonialidade e neste balanço bibliográfico, o que mais me impressiona é a presença majoritária de intelectuais das ciências sociais nas epistemologias decoloniais. Dentre os autores do grupo Modernidade/Colonialidade temos Edgar Lander (sociólogo venezuelano), Aníbal Quijano (sociólogo peruano), Walter Mignolo (semiólogo argentino), Ramón Grosfoguel (sociólogo porto-riquenho), Nelson Maldonado-Torres (filósofo porto-riquenho), o criador do conceito de “sistema-mundo” Immanuel Wallerstein (sociólogo estadunidense), entre outros autores. Essa maior receptividade das ciências sociais desde o surgimento das epistemologias decoloniais me permite indagar de que forma estas ideias são difundidas nos estudos sobre o ensino de história, como parte da área de conhecimento história, que não estão presentes nos anos iniciais do grupo Modernidade/Colonialidade.

Por mais que existam trabalhos anteriores à década de 1990 de historiadores que ao resistirem às normas opressivas da colonialidade podem ser classificados como decoloniais, como os textos de Lélia Gonzalez(2020), de fato, a história perpetuou uma

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

visão de mundo ocidental capitalista, própria da colonialidade. Percebe-se que ainda são poucas as contribuições em circulação sobre a recepção brasileira das epistemologias decoloniais no ensino de história. Como mostra a historiadora Ana Carolina Barbosa Pereira(2019), a preservação de uma teoria da história a partir do continuum temporal e de um “a priori epistêmico”(PEREIRA, 2018) impediu que outras cosmogonias, cosmologias e formas temporais não-hegemônicas obtivessem representatividade e poder de escuta . Isto é, as formas de atuação da colonialidade, a do poder, saber e ser formuladas por Quijano, subalternizam determinados saberes que possuem outras concepções de tempo e história, os quais a virada epistemológica decolonial procura recuperar. Corpos periféricos, provenientes da América Latina, precarizados pelo racismo que está nas bases da colonialidade e da modernidade, como mostram os sociólogos do grupo modernidade/colonialidade.

Por outro lado, por sua flexibilidade permitir que suas raízes se aproximem de cada área do conhecimento, a ciência da educação se mostra possivelmente um campo mais poroso, capaz de conectar estas epistemologias decoloniais ao campo da história, justamente nos estudos sobre o ensino de história. Como visto nos dois volumes do livro *Pedagogias Decoloniales: Práticas insurgentes de resistir, re(existir) y re(vivir)*, publicados respectivamente em 2013 e 2017 e organizados por Catherine Walsh, as pedagogias como práticas de resistências e de novas formas de viver frente à colonialidade uniram textos de diversos autores de diferentes áreas do conhecimento sobre um tema comum, as pedagogias decoloniais.

Desse modo, localizo um problema evidente da participação negativa dos trabalhos de historiadores nesta virada epistemológica decolonial desde a criação do grupo modernidade/colonialidade. A partir disso, mesmo que não atingido ainda por este trabalho, faz-se necessário avaliar se não apenas na área de ensino de história, por sua conexão irrefutável com a ciência da educação existe uma apropriação positiva às epistemologias decoloniais, mas também de que formas a decolonialidade é utilizada nesses estudos sobre ensino de história dos anos 2000 até os dias de hoje.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

3. O Ensino de História

O campo do ensino de história está localizado no que Ana Maria Monteiro e Fernando Penna(2011) conceituaram de lugar de fronteira. Esta perspectiva inovadora sobre o ensino de história busca analisar as contribuições da prática pedagógica e da especificidade da disciplina ensinada, ultrapassando os limites de cada área do conhecimento. Por isso, o ensino de história é caracterizado aqui por este campo mais poroso que, como mostra Tânia Garcia(2009), é capaz de conectar instrumental teórico e pesquisadores da educação e da história. Talvez, como hipótese, a conexão entre as ciências possibilite a proliferação e desenvolvimento das epistemologias decoloniais no campo da história, com uma maior facilidade, a partir do ensino de história.

Ao tratar do ensino de história, deve-se ressaltar diferentes vertentes, movimentos e produções acadêmicas de grande amplitude que convergem para um campo do saber único, o qual Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro e Nadia Gaiofatto Gonçalves(2017);definiram pelos modos de se articular saberes pedagógicos, disciplinares e de experiências de aula, mobilizados em virtude de orientar as práticas do ensino da História. Como nos mostra Maria Schmidt, em História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização(2012), o início do crescimento exponencial deste campo do saber remonta à década de 1970, quando é promulgada a lei 5692/71, de diretrizes e bases da educação, marcando grandes mudanças nas concepções da educação brasileira após o período da ditadura, como a importância das ciências sociais na educação e o movimento de retornar os olhares ao ensino de história. A partir dos anos de 1980, o ensino de história no Brasil se consolida como um campo de investigação marcante, visto o aumento dos programas de pós-graduação em História e em Educação e a crescente procura pelo tema por professores e historiadores. Na segunda metade do século XX, é observado um processo de mudança nas tendências historiográficas internacionais, em consonância com a nova sociologia da educação e uma renovação no campo da didática que modificaram as perspectivas sobre o campo do ensino de história, ao visualizarem a complexidade do processo de ensino-aprendizagem. A relação da História com a Educação e as práticas, saberes e competências dos docentes proporcionaram as bases

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

para a grande repercussão deste novo olhar sobre o ensino de história no Brasil nos anos de 1980 e 1990. Com a virada do milênio, o número de trabalhos, dossiês, pesquisadores, periódicos e eventos dentro deste campo, de acordo com o levantamento de Gonçalves e Monteiro aumentam, enfrentando a partir de 2010 um crescimento nunca visto anteriormente.

4. A necessidade de estudarmos as apropriações decoloniais no ensino de história

Os argumentos que indicam a relevância científica e social do tema sobre os modos de apropriação das epistemologias decoloniais pelo campo do ensino de história, se dividem em duas esferas. Em primeiro lugar temos o imediatismo e a inovação atrelado à problemática, visto que ainda não existe, no campo do ensino de história, um balanço específico que almeja capturar esses usos da decolonialidade pelos historiadores. Uma outra esfera que valida a importância e magnitude desta pesquisa é a relevância, no século XXI, do campo de estudos sobre ensino de história e das epistemologias decoloniais. Este componente da História, a partir de seu crescimento iniciado na década de 1990, desde os anos 2000 se torna cada vez mais valorizado e relevante no meio acadêmico. Neste sentido, as epistemologias decoloniais que são capazes de fomentar processos identitários múltiplos e produzir conhecimentos não hegemônicas, por meio de críticas às visões de mundo eurocêntrica, adquirem grande pertinência nos estudos sobre História e ensino de história nos dias atuais.

5. As influências de Bourdieu e Chartier

Para abordar o problema da inserção decolonial no Ensino de História, e direcionando o olhar sobre as fontes, foi assumido o conceito de circulação de ideias de Pierre Bourdieu. A importação e exportação intelectual de Bourdieu está atrelada ao pensamento de aumentar a chance de dominar os mecanismos sociais para uma melhor circulação das ideias, presente em seu texto *As condições sociais da circulação internacional das ideias* (2002). Como exemplo, esta propagação dos textos e conceitos

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

não pode ser feita ausente de seus contextos cultural, histórico e político, algo que poderia acarretar interpretações superficiais e mal elaboradas. Como já nos mostrava Karl Marx, os intelectuais alemães tinham um entendimento ruim sobre os pensadores franceses, pois estas recepções de textos eram feitas sem seus contextos do campo de produção (BOURDIEU, 2002). Logo, a relação desta teoria com o a tese aqui proposta está na recepção e circulação das epistemologias decoloniais pelos historiadores do ensino de história do Brasil. Visto que para Bourdieu, os sentidos e as diferentes interpretações do tema não estão vinculadas à origem do pensamento, mas ao campo de chegada, onde a tradução, a publicação e a edição determinam os diferentes e novos significados do texto. Para o autor, estes mecanismos sociais são operações presentes no campo de chegada que invariavelmente modificam a obra original ao se apropriar do texto, adicionando novos pontos de vistas. Intepretações errôneas se tornam possíveis pelas diferentes tradições histórias e culturais no campo de chegada, onde os efeitos dos mecanismos sociais de apropriação estão muitas vezes relacionados a usos estratégicos de textos estrangeiros (BOURDIEU, 2002) . Por isso, a identificação de quais autores, quais países e quais temas decoloniais são mais lidos no ensino de história é fundamental para mapear esta recepção das epistemologias decoloniais na História, a partir do conhecimento dos mecanismo sociais de apropriação.

Luiz Artur Santos Cestaria, em Esboço de uma compreensão da circulação de ideias: orientações para um estudo das modas educacionais(2014), contribui para compreendermos a importância de mapear as formas de propagação destas ideias, já que ao pensarmos na repetição e circulação das ideias, as apropriações no campo de chegada podem moldar novas interpretações ou modismos intelectuais. Para analisar esta circulação das ideias será imprescindível utilizar três categorias bases presentes na pesquisa de Cestaria sobre a circulação das abordagens autobiográficas na formação de professores no Brasil: o contexto de emergência, o contexto de recepção e contexto de disseminação. No que concerne à emergência, para o autor, devemos pensar no caráter inovador da obra e os motivos que a fazem aparecer com tanta repetição e importância em um determinado tempo e campo do saber. A recepção, já anteriormente debatida nas

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

ideias sobre o campo de chegada de Bourdieu, atribuem novas ideias aos textos, diferentes das do campo de origem, por meio da apropriação. Por último, Luiz Cestaria afirma que a disseminação é o contexto em que as diferenciações e uniões não cessam, ou seja, após a apropriação, os modos de propagação podem tanto gerar novas interpretações sobre o tema, como também repetições de outras ideias, consideradas pelo autor como modismo. Nesse sentido, a necessidade de mapear e analisar a chegada e a incorporação das epistemologias decoloniais no ensino de história brasileiro dos anos 2000 até os dias de hoje depende do usufruto desta base teórica de Cestaria para responder as questões: quais obras decoloniais são consideradas inovadoras e são lidas pelos historiadores? como estes textos são apropriados pelo campo de chegada? e de que forma eles são repercutidos no campo do ensino de história?.

O mapeamento utilizado está de acordo com o que Kleber Prado Filho e Marcela Montalvão Teti discutiram em *A cartografia como método para as ciências humanas e sociais*(2013). Os autores nos permitem pensar neste mapeamento da pesquisa proposta por meio da cartografia social. Oposta à cartografia clássica e física que elabora mapas e gráficos, a cartografia social, a partir de Foucault e Deleuze, busca expor uniões e diferenças de forças no campo intelectual, sendo utilizada como um instrumento fundamental de análise crítica para a história intelectual e a história das ideias. O método cartográfico, que proporciona uma união entre o objeto e os métodos da pesquisa, torna-se fundamental no campo da história intelectual e da história das ideias, como visto no trabalho de Ana Carolina Damboriarena Escosteguy. Como base da pesquisa, utilizo a cartografia feita por Ana Escosteguy, em *Delineamentos para uma cartografia brasileira dos Estudos Culturais*(2009), sobre os estudos culturais no Brasil. Por mais distante que esteja da decolonialidade, o método de estudo de Escosteguy se assemelha ao aplicado nesta pesquisa. Para a autora, um dos elementos mais importantes para se destacar na cartografia são as mudanças proporcionadas a partir da recepção de novas teorias no campo de chegada.

Ao pensar na cartografia e no mapeamento desta circulação das epistemologias decoloniais no campo do ensino de história no Brasil a partir dos anos 2000, Roger

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Chartier nos ajuda a compreender a recepção das representações em A história cultural: entre práticas e representações(1990). Chartier, embasado nas teorias de representação de Bourdieu, formula a teoria das apropriações, que consiste nas práticas de fabricação de sentido dos textos, a partir das determinações sociais.

6. Conclusão

Desse modo, as apropriações, circulações e representações são discutidas por Chartier nas suas práticas, muitas vezes atreladas ao conceito de campo de Bourdieu, visto que as recepções das representações são feitas de formas diferentes, dependentes do contexto social de cada pesquisador. Assim, é utilizado o conceito de campo de Pierre Bourdieu(2004), como este espaço de produção e disseminação científica em que sujeitos e instituições estão presentes seguindo determinadas leis sociais. Para o autor, as regras do campo incorporadas pelos sujeitos estão estritamente atreladas as relações de força e disputa por legitimidade, observadas nas determinações e orientações que as posições ocupadas dentro do campo por estes agentes demandam. Neste sentido, todo este arcabouço teórico será essencial no levantamento, registro e análise dos artigos e periódicos, ainda em andamento, que constituem instrumentos de investigação do campo e dos historiadores do ensino de História, por meio da comparação dos temas, artigos e referenciais que obtiveram maior visibilidade e repercussão durante a construção e fortalecimento de determinada representação sobre este campo. Mesmo que distante de uma sociologia da vida intelectual, os lugares de leituras de Bourdieu e as práticas de se ler um texto de Chartier fazem parte do arcabouço teórico desta pesquisa em virtude de analisar como as epistemologias decoloniais chegam e são incorporadas pelos pesquisadores do ensino de história brasileiro. As ideias sobre a prática e as representações de Roger Chartier fazem parte dos referenciais teóricos desta pesquisa. Chartier em discussão com Pierre Bourdieu, no texto A leitura: uma prática cultural(1996), parte da ideia de que devemos historicizar a leitura, ou seja, desvincular uma ideia universal de leitura que apaga as realidades externas que se comunicam com o texto, compreendendo que existe no ato da leitura uma prática criadora de apropriação,

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

não redutível ao que é lido. Para Chartier, a visão de mundo própria do sujeito o possibilita interagir por meio das práticas e representações, entendidas aqui como as diferentes formas de expressão da realidade. Isto se torna imprescindível, na medida que o desafio aqui proposto é identificar os modos como os historiadores do campo do ensino de história leem, praticam a apropriação das epistemologias decoloniais, de forma distintiva e criadora, e as utilizam em seus artigos e grupos de pesquisa para construir conhecimento.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera. The New Mestiza*. Tradução: Carmen Valle. Madrid: Capitán Swing Libros S.L., 2016.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n.11, 2013.
- _____. Colonialidade e Democracia. *Revista Estudos Políticos*, v. 5, p. 191-209, 2015.
- _____. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas* [online], v. 28, n. 3, 2020. [Acessado 29 Setembro 2021] , e75304. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304>>. Epub 03 Ago 2020. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375304>.
- _____. Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O Elo Perdido do Giro Decolonial. *Dados-Revista de ciências sociais*, v. 60, 2017. p. 505-540. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582017000200505&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 13 de abril de 2021.
- BARRETO, Elba S. S.; PINTO, Regina P. (Coord.) *Avaliação na Educação Básica (1990-1998)*. Brasília-DF: MEC/Inep/Comped, 2001.
- BORDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, R. (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *As condições sociais da circulação internacional das ideias*. Rio de Janeiro: ENFOQUES, 2002.
- _____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- BUTLER, J. *Prearious life: the powers of mourning and violence*. New York/London: Verso, 2004.
- CESTARI, Luiz Artur Santos. *Esboço de uma compreensão da circulação de ideias: orientações para um estudo das modas educacionais*. Brasília: Rev. bras. Estud. pedagog. (online), 2014.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

CHARTIER, Roger. A história cultural: Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversas com Jean Lebrun. 2ª Reimpressão. Trad. Reginaldo C. de Moraes. São Paulo: Edunesp/Imprensa Oficial do Estado, 1999

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

GARCIA, Tânia M. F. B. Relações entre ensino e aprendizagem histórica: desafios para a pesquisa em Educação Histórica. In: SCHMIDT, Maria A.; BARCA, Isabel (Org.). Aprender História: perspectivas da Educação Histórica. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

GIL, Carmem Zeli de Vargas ; MEINERZ, Carla Beatriz . Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a decolonização dos saberes. HORIZONTES (EDUSF) , v. 35, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-americano. ZAHAR. 2020.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto; MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Saberes e práticas docentes e ensino de história: temas, conceitos e referenciais (1970-2014). Educação em Revista [online]. v. 33 [Acessado 28 Setembro 2021] , 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698156257>>. Epub 03 Abr 2017. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698156257>.

GROSGUÉL, Ramón. From Postcolonial Studies to Decolonial Studies: Decolonizing Postcolonial Studies. In: Review (Fernand Braudel Center), vol. 29, n. 2. Nova York: Research Foundation of SUNY, 2006.

_____. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas [online], v. 22, n. 3, 2014, pp. 935-952. [Acessado 29 Setembro 2021]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>>. Epub 28 Nov 2014. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

MALDONADO-TORRES, NELSON. La descolonización y el giro des-colonial. Tabula Rasa [online]. n. 9, 2008.

MIGNOLO, Walter. Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo. Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

MOMBAÇA, Jota. Pode um cú mestiço falar?. 2015. Disponível em:<<https://jotamombaca.com/texts-textos/pode-um-cu-mestico-falar/>> . Acessado em 29 de setembro de 2021.

MONTEIRO, A. F. C.; PENNA, F. Ensino de história: saberes em lugar de fronteira. Porto Alegre: Revista Educação e Realidade, v. 36, n. 1, jan./abr., 2011, p. 191- 211.

MONTEIRO, Ana M. Professores de História: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. MONTEIRO, Ana M. et al. (Org.). Apresentação. In: MONTEIRO, Ana M. et al Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

MONTEIRO, K. R. ; MENDEZ, N. P. . Gênero, biografia e ensino de História. Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), v. 4, 2012, p. 84-97.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Na Transversal do Tempo: natureza e cultura à prova da História. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2019.

_____. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. Tempo e Argumento, v. 10, 2018, p. 88-114.

PEREIRA, Nilton Mullet et al. Ensinar história [entre]lçando futuros. Revista Brasileira de Educação [online]. 2020, v. 25 [Acessado 8 Outubro 2021] , e250002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782019250002>>. Epub 02 Mar 2020. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019250002>.

PEREIRA, Nilton Mullet; PAIM, Elison Antonio. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial. EDUCAÇÃO E FILOSOFIA, v. 32, n. 66, 21 dez. 2018, p. 1229-1253.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. Santa Cruz do Sul: Barbaroi, n. 38, p. 45-49, jun. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 out. 2021.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-razionalidad. In: BONILLO, H. (Comp.). Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo: Flacso, 1992. p. 437-449.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. Journal of World-Systems Research. Santa Cruz, v. XI, n. 2, 2000, p. 342-386.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos CEBRAP. n.11, 2007. p. 71-94.

SCHMIDT, Maria A. M. S. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. Revista de História da Educação – RHE, Porto Alegre, v. 16, n. 37, maio/ago., 2012, p. 73-91.

SCHMIDT, Maria A.; BARCA, Isabel (Org.). Aprender História: perspectivas da Educação Histórica. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

SCOSTEGUY, A. C. D. Delineamentos para uma cartografia brasileira dos Estudos Culturais. Revista ECO-Pós, [S. l.], v. 7, n. 2, 2009. DOI: 10.29146/eco-pos.v7i2.1118. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1118. Acesso em: 7 out. 2021.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte, Editora da UFMG. 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Crítica de la razón postcolonial: hacia una historia del presente evanescente. Madrid: AKAL, 2010.